Valor Econômico | 17/08/18 | BRASIL

Programas de governo entre slogans e bordões

CLAUDIA SAFATLE

Os programas de governo dos principais candidatos à Presidência da República, entregues à Justiça Eleitoral, não trazem informações suficientes sobre o que pretendem fazer, na economia, para tirar o Brasil do baixo crescimento. Em meio a promessas gerais, slogans e bordões há alguns caminhos desenhados e pistas de como persegui-los.

Ciro Gomes, do PDT e Geraldo Alckmin, do PSDB, se comprometem com a eliminação do déficit primário das contas públicas da ordem de R$ 139 bilhões, em 2020. Jair Bolsonaro (PSL) e Alvaro Dias (Podemos) assumem metas mais arrojadas, marcando a eliminação do déficit primário para 2019 e a realização de superávits à partir do ano seguinte. Dias vai além e sustenta que vai zerar em 2023 o déficit nominal, hoje de 6,5% do PIB, ou R$ 489,3 bilhões.

Ciro e Bolsonaro pregam o Orçamento base zero. "Não haverá mais dinheiro carimbado para pessoas, grupos políticos ou entidades com interesses especiais", adianta Bolsonaro. Por trás da defesa do Orçamento base zero há medidas duras e emendas constitucionais a serem propostas para desvincular as receitas de despesas preestabelecidas, que bate de frente com os interesses das corporações.

Programas se dividem em relação ao papel do Estado

É difícil julgar se o presidente eleito terá força política para derrubar os carimbos do orçamento e para fazer as reformas necessárias.

Tal como o candidato do PSDB, Ciro quer criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no lugar de vários outros tributos. O PDT quer instituir o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos e aumentar as alíquotas do imposto sobre heranças e doações.

Henrique Meirelles (PMDB) prega reforma para simplificar o sistema tributário e, como Marina Silva (Rede), Bolsonaro e Alckmin, defende a abertura do país, com revisão das tarifas de importações para que a economia se integre às cadeias globais de valor.

O programa do PT pretende a "refundação democrática" do país. Defende a convocação de uma Assembleia Constituinte; a regulamentação da mídia e o controle social de todos os poderes da União; a suspensão das privatizações; a revogação do teto para o gasto público e da reforma trabalhista e a "recuperação" do pré-sal.

Propõe, ainda, um novo projeto de desenvolvimento com dois eixos. Um de natureza emergencial - com a retomada das obras paralisadas, dos investimentos da Petrobras e do Minha Casa, Minha Vida, para a criação de empregos.

O programa de Lula/ Fernando Haddad, do PT, não se compromete com metas fiscais e, ao contrário da maioria dos candidatos, não pretende preservar o tripé macroeconômico dado pelo superávit fiscal, regime de metas para

a inflação e câmbio flutuante. Como segundo eixo, de natureza estrutural, defende uma nova orientação macroeconômica, voltada para o desenvolvimento, que não detalha, e mandato dual para o Banco Central - que teria junto à meta de inflação uma de crescimento. Ciro também quer dar ao BC duas missões - meta para a inflação e para o emprego e, como o PT, disse que vai revogar a medida do teto de gasto.

O PT afirma que vai fazer tributação progressiva dos bancos para incentivar a redução do spread e isentar do Imposto de Renda quem ganha até cinco salários mínimos.

Praticamente todos os candidatos querem reforma tributária para simplificar a vida do cidadão e reduzir a carga de impostos. Colocam, também, entre suas prioridades máximas a melhoria das políticas de educação, de saúde e de segurança, além de avanços em ciência, tecnologia e inovação. Todos querem combater a corrupção, o crime organizado e o tráfico de armas e drogas.

Uns, como PDT e PT, são mais intervencionistas e, em maior ou em menor grau, adeptos de um Estado grande e do nacional desenvolvimentismo. Tal como João Goulart Filho, do PPL. Outros, como Bolsonaro e João Amoêdo (Novo), são claramente liberais e advogam menos Estado.

Bolsonaro diz que reduzirá em 20% a dívida pública com a geração de superávits primários a partir do segundo ano de governo. O programa do PSL trata da privatização das empresas estatais, mas não aponta quais das 147 empresas estatais serão vendidas, preservadas ou extintas. O PSDB fala em privatizações criteriosas e o Rede diz que não venderá a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa. O Novo, de Amoêdo, porém, quebra tabus e assume privatizar BB, Caixa e Correios.

A reforma da Previdência citada nas propostas dos principais candidatos é diversificada. Alckmin quer "um sistema único de aposentadoria, igualando direitos e abolindo

privilégios". Marina diz que seu governo apresentará proposta de idade mínima para aposentadoria, eliminação dos privilégios e um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização.

O PT rejeita postulados "neoliberais" da reforma da Previdência, mas defende a convergência entre o regime dos funcionários do setor público e o do setor privado.

Alckmin quer a reforma política com voto distrital. Marina fala em fim da reeleição e em voto distrital misto. O PT e Ciro prometem a reindustrialização do país. Alvaro Dias garante criar 10 milhões de empregos em quatro anos, uma das metas do seu plano inspirado em JK. Meirelles sustenta crescimento de 4% ao ano, tal como ocorreu quando comandou o Banco Central (de 2003 a 2010).

Cortar as desonerações fiscais em 15%, como diz Ciro, acabar com todos os benefícios fiscais ao setor privado, como prega Amoêdo, ou rever as renúncias fiscais e suspender o Refis, como quer Marina?

Nada será fácil para quem assumir o governo em 2019. Tudo começa pelo entendimento de que o Estado brasileiro faliu. Sem consertar as finanças públicas, o novo presidente não irá longe. Slogans e bordões embalam campanhas mas podem fazer muito pouco para o cumprimento de promessas.

A surpresa negativa fica por conta do PT, cuja chapa puro-sangue e a linguagem esquerdista, antidemocrática e cheia de mágoas do programa leva o partido a retroceder para antes de 2002. Ali o PT ampliou seu arco de alianças rumo ao centro e foi vitorioso.

Claudia Safatle é diretora-adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Valor Econômico | 17/08/18 | BRASIL

TCU põe em risco o teto de gastos, diz área econômica

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiram, na quarta-feira, excluir do teto de gastos da União as despesas dos órgãos públicos com a realização de concurso, desde que sejam financiadas integralmente pelas taxas de inscrição cobradas. Assim, apenas as despesas que excederem esse tipo de receita continuariam submetidas ao teto.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento entraram com embargos contra a decisão, proferida em sessão do dia 18 de julho passado. Para os dois ministérios da área econômica, a decisão do TCU "poderá representar, com alta probabilidade, o desmonte do chamado teto de gastos do governo federal, instituído pela emenda constitucional 95/2016, origem do Novo Regime Fiscal, que hoje constitui pedra fundamental da estabilidade econômica".

As razões apresentadas pela área econômica contra a decisão foram rejeitadas pelo relator da matéria, ministro Vital do Rêgo, e o plenário do Tribunal acolheu o voto do relator, mantendo a íntegra do acórdão 1.618/2018.

A decisão do TCU resultou de consulta feita pela Procuradoria Geral da República. A PGR quis saber sobre a viabilidade de permitir que o custeio para a realização de concurso público ocorresse integralmente por meio do recolhimento das taxas de inscrição, sem necessidade de registro (previsão) no Orçamento.

O Tribunal ampliou, aparentemente, o escopo da consulta, pois sua análise não tratou do "registro no Orçamento", mas sobre a inclusão da despesa de concursos públicos, custeada por taxas de inscrição, no teto de gastos. No acórdão, os ministros do TCU disseram que a decisão de não incluir no teto as despesas com concurso custeadas por taxas de inscrição não se aplica "a situações em que outras despesas sejam eventualmente suportadas por taxas ou outras formas de arrecadação prevista em lei".

Inconformados com a decisão, os ministério da Fazenda e do Planejamento entraram com embargos, que foram julgados e rejeitados na quarta-feira. Os dois ministérios argumentaram que o limite aos gastos primários fixados pela emenda constitucional 95 não faz qualquer discriminação quanto à espécie de receita que financia o gasto. "O limite é para a totalidade da despesa primária, independentemente da fonte de receita", diz a nota técnica enviada ao TCU pelos dois ministérios.

A área econômica argumentou também que as exceções ao limite de gastos estão expressamente elencadas no texto constitucional, de forma exaustiva e que não há espaço para, por meio de interpretação, incluir exceções adicionais àquelas listas no parágrafo 6º do artigo 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por fim, Fazenda e Planejamento

alertaram que a excepcionalidade criada pela decisão do TCU "pode ensejar a possibilidade de construções interpretativas com o intuito de gerar outras excepcionalidades para despesas públicas custeadas a partir de receitas próprias". Lembraram que 72% da despesa orçamentária é custeada com receitas próprias dos órgãos. A nota diz que "isso tem efeito sistêmico elevadíssimo".

Ao rejeitar os argumentos apresentados, o ministro Vital do Rêgo disse, em seu voto, que não lhe parece "razoável" que o gestor "seja compelido a escolher (por causa do teto de gastos) despesas que deixará de realizar para viabilizar a realização do concurso". Para ele, é "relevante viabilizar uma solução que compatibilize as premissas dadas pela norma constitucional com a manutenção de um núcleo mínimo de servidores ativos que seja capaz de manter os serviços públicos pelas quais são responsáveis".

Rêgo afirmou que não lhe parece "totalmente justo que a despesa necessária para a realização de um concurso público com vistas a recompor a força de trabalho do órgão seja computada no teto de gastos do órgão, enquanto que a receita decorrente das taxas de inscrição vai compor o resultado primário da União".

Valor Econômico | 17/08/18 | BRASIL

Realocação tira R$ 500 milhões de 4 ministérios

Por Carla Araújo e Fábio Pupo | De Brasília

O governo começou a discutir um remanejamento de recursos orçamentários entre os ministérios em 2018 a pouco mais de quatro meses do fim do ano. Na proposta apresentada pela equipe econômica ao Palácio do Planalto, será cancelado um montante acima de R$ 500 milhões em dotações orçamentárias de áreas como Educação, Saúde, Agricultura e Cidades.

As contas de 2018 foram debatidas ontem em reunião da Junta de Execução Orçamentária, que reúne equipes da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda. Se a proposta for aceita, serão cancelados R$ 111 milhões da dotação orçamentária da Educação e R$ 60 milhões da Saúde. Na verba da Presidência, o cancelamento proposto é de R$ 16 milhões. Na Agricultura, de R$ 5 milhões. Também seriam atingidas as pastas de Integração Nacional e Cidades.

Segundo uma fonte da equipe econômica, os recursos cancelados não geram impacto no resultado fiscal do ano porque serão remanejados para outras áreas. No caso da Educação, os valores a serem removidos estariam sem uso porque praticamente todo o orçamento em questão estava vinculado à arrecadação a ser obtida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que, segundo a fonte, não tem tido o resultado originalmente projetado.

A equipe econômica planeja que os recursos cancelados da Educação sejam direcionados ao Ministério do Desenvolvimento Social. A alegação é que agências do Instituto Nacional de Seguridade Social estão em situação emergencial, sob risco de parar de funcionar devido à necessidade de recursos.

Apesar da possível repercussão negativa a respeito do cancelamento orçamentário para a Educação, a equipe econômica defende a tese que a demanda por recursos é grande enquanto há valores no Orçamento sem uso. E que os dessa área estariam sendo redirecionados para a área social.

Nesta semana, justamente por temer uma repercussão negativa, o governo desistiu de vetar um trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece para a Educação em 2019 o mesmo montante orçado em 2018 mais a inflação. A justificativa para o veto era que o trecho limitava o poder do governo para alocar recursos.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, defendeu naquele dia que o trecho tende, ainda, a se perpetuar nas LDOs dos anos seguintes. Além disso, afirmou que o governo estava planejando reservar um montante maior do que o proposto pelo texto. Instantes depois das explicações à imprensa, no entanto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, anunciou que o governo manteria o artigo.

Ainda não foi tomada uma decisão final sobre os valores nem sobre o montante a ser recebido pelas áreas contempladas no remanejamento orçamentário. Um dos que demandam recursos é o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann - que, mesmo com as mudanças, pode não ter os valores esperados. Do R$ 1,8 bilhão solicitado, segundo fontes, é possível que sua pasta fique com apenas R$ 400 milhões.

De qualquer forma, uma decisão sobre o remanejamento de recursos deve ser tomada apenas no mês que vem, quando o governo terá uma visão mais clara sobre a execução orçamentária do ano por causa dos números a serem mostrados pelo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O documento deve ser divulgado até o dia 22 de setembro.

Valor Econômico | 17/08/18 | EDITORIAL

Criticado, teto de gastos não tem substituto à altura

O teto de gastos pode estar com seus dias contados, seja pela mudança de governo, seja por mudanças políticas, seja pela compressão de recursos mínimos para o funcionamento da máquina pública. O cerco político ao controle prescrito pelo teto é o mais evidente - ele será eliminado se ganharem os candidatos da esquerda, enquanto que os de centro com chances de vitória não morrem de amores por ele. Contábil e praticamente, o dispositivo tem um encontro com a verdade em 2019 ou 2020, anos em que a contração das despesas de custeio levará ao abandono de prestação de serviços em muitos setores, alguns deles de grande importância para os cidadãos.

O teto de gastos consolidou uma ideia simples para atacar um problema complexo, o do crescimento ininterrupto das despesas públicas - de 1997 em diante, com avanço real de 6% ao ano. O desastre fiscal da gestão de Dilma Rousseff, a brutal recessão subsequente e o limite que parece ter sido atingido para o aumento de impostos impuseram uma solução radical. A limitação das despesas à variação da inflação tem validade por pelo menos 10 anos e é mais que polêmica. Há quem julgue esse gradualismo perigoso - o Fundo Monetário, por exemplo -, enquanto há quem considere que o aperto é terrível já no curto prazo e insustentável politicamente. Dependendo das premissas, os dois lados podem ter razão.

O Congresso colocou na Constituição que abdicou por duas décadas de sua prerrogativa de aumentar despesas à brasileira - adequando seu montante a uma estimativa fictícia de receitas e jogando nos ombros dos malabaristas da Fazenda a responsabilidade por controlar gastos na boca do caixa. A gravidade da crise fiscal e política levou à mudança dos termos da questão, embora não tanto a disposição do Legislativo e do Judiciário. Os políticos, então, sem poder elevar despesas, passaram a dilapidar as receitas, com Refis múltiplos, por exemplo.

A estreia do teto deveria ser seguida de perto por uma reforma da previdência que não veio - os gastos com aposentadorias e pensões consomem metade do orçamento e crescem vegetativamente algo como 3% ao ano. Além disso o Executivo autorizou aumento generalizado de salários para o funcionalismo público - a folha de pagamentos é a segunda maior rubrica do orçamento e, coma previdência, somam 70% do orçamento. O resultado é que as demais despesas foram então esmagadas pelo aumento desses gastos, em especial os investimentos, que em 2017 caíram 30% e mal chegaram a 1,8% do PIB.

Não é difícil prever a morte do teto - se tudo continuar igual. Ainda que não seja bem essa a premissa dos estudos, a inviabilidade do mecanismo ocorrerá até a metade do próximo mandato. Estudo da economista Vilma Pinto, do Ibre-FGV, coloca o limiar mínimo de funcionamento da máquina pública na casa dos R$ 100 bilhões, montante que já corresponderá ao das despesas obrigatórias no ano que vem. Já a Instituição Fiscal Independente calcula que a despesa mínima para manutenção das atividades básicas do governo é menor, algo entre R$ 75 e R$ 80 bilhões, por isso o teto se sustentaria até 2020.

O espírito do teto pressupõe que os três Poderes estejam alinhados em seu propósito e isto está longe de ser verdadeiro, como se viu, por exemplo, nas recentes investidas salariais do Judiciário. Ele exige bem mais do que a imprescindível reforma da previdência, como

congelamento ou redução dos gastos de pessoal, desvinculação radical das despesas obrigatórias, correção do salário mínimo pela inflação, redução drástica e criteriosa de subsídios etc. Se nada disso ocorrer, o teto dos gastos se torna mesmo inviável.

Para reverter a trajetória explosiva de crescimento da dívida pública, é preciso obter superávits primários de 2% do PIB, o que exige uma correção de pelo menos 4,5 pontos percentuais do PIB, o que deveria ocorrer até 2026. A partir daí, se tudo der certo, os superávits serão desnecessariamente crescentes e a regra poderia ser revista.

Mas não é aos aperfeiçoamentos necessários que boa parte dos críticos do teto de gastos se referem. Vários deles não propõem nada em seu lugar, o que significa que o ajuste fiscal será ainda mais gradual - se ocorrer. Pela tradição brasileira, com a maneira indecorosa como é feita a distribuição de renda via orçamento, têm boa dose de razão. Mas se essa tradição não for deixada para atrás, o país manterá um crescimento medíocre e continuará a enfrentar crises periódicas. O teto é um caminho para evitar essa rota.

O GLOBO | 17/08/18 | MIRIAM LEITÃO

Qual é o melhor papel do BNDES

O BNDES teve o melhor semestre desde 2014, quando começou a recessão, mas seu lucro de R$ 4,7 bilhões foi resultado de redução das despesas de provisão e de venda de ativos. Só a operação da Eletropaulo significou um lucro de R$ 1 bilhão. O presidente do banco, Dyogo Oliveira, acha que o melhor caminho para a instituição é de fato ir vendendo ações de empresas "maduras" para focar em firmas que tenham potencial de crescimento. "Entendo que esse é o papel do BNDES",diz.

Dyogo criticou, em entrevista que me concedeu na Globonews, a política adotada nos governos Lula e Dilma de investir em grandes grupos: — O erro foi a tentativa da instituição, da tecnocracia, de escolher quem são os vencedores. Essa estratégia é a que gera críticas, grandes reações e que geralmente leva a equívocos. O papel do BNDES é dar apoio para que as empresas cresçam, mas é o mercado que diz quem vai crescer. Quando o governo entra escolhendo o campeão nacional, a gente acaba cometendo erros e envolvendo a instituição em situações como vimos, que foram prejudiciais à imagem do banco.

Dyogo Oliveira teve posto alto no Ministério do Fazenda na administração Lula, foi secretário-executivo do Ministério do Planejamento no governo Dilma. Com Temer, chegou a ministro e agora comanda o BNDES. Como explicar essa passagem por governos diferentes entre si?

— Eu sou funcionário de carreira, o meu destino natural é voltar para as fileiras do governo a partir de janeiro.

Pelo seu tempo no Planejamento ele conhece o impasse em que vivem as contas públicas, por isso adverte que os candidatos devem deixar claro, agora durante a campanha, o que pretendem fazer:

— Tem que começar fazendo a reforma da Previdência e por isso é preciso deixar isso claro na campanha. Será muito difícil para o próximo governo fazer uma campanha dizendo que não vai fazer porque não é importante e aí ter que fazer. É muito importante ser honesto como eleitor, porque essa reforma terá que ser feita. Dá tempo ainda de arrumar o discurso. É preciso olhar para uma planilha, a das Necessidades de Financiamento do Governo Central. Ela mostra tudo o que o governo tem que pagar e de onde sairá o dinheiro. É muito simples e fácil de ver que não há espaço para tocar a próxima administração sem a reforma da Previdência.

Na sua visão, essa mudança pode ser o início de um processo de recuperação da confiança, apesar de considerar que é fundamental outras reformas, como a que melhora a eficiência do sistema tributário, e projetos que aumentem a segurança jurídica. Só assim pode haver um novo ciclo de investimento.

A série de recursos para projetos de infraestrutura mostra que os ciclos de investimento estão ligados diretamente às mudanças regulatórias. As telecomunicações tiveram um salto de inversões no final dos anos 90 com a privatização e depois caíram. A energia teve uma ampliação constante a partir de 2003, mas recuou após a intervenção no setor com a MP 579 e a queda artificial dos preços. Começou a retomar agora. O investimento em logística caiu com a recessão. O total aplicado em saneamento sempre foi baixo:

– Não há crescimento porque a regulação é municipal, as empresas são estaduais e o recurso é federal. É impossível funcionar.

O desembolso do BNDES já foi 4,5% do PIB ao ano e despencou a partir de 2014. Este ano será de 1,2%. Segundo ele, a média histórica é entre 2% e 2,2% e foi inflado por um tempo:

— Era natural que voltasse e nós tivemos uma brutal recessão. As empresas pararam de procurar o banco. Estamos tentando atraí-las. E este ano os enquadramentos estão crescendo 18%.

O BNDES devolveu ao Tesouro R$ 100 bilhões, dos quais R$ 40 bi na semana passada. Outros R$ 30 bi serão devolvidos até o fim do ano. Daí para diante serão parcelas de R$ 20 bi a R$ 25 bi por ano. Não é isso, na visão dele, que reduziu os desembolsos, mas a crise mesmo.

Sobre a venda de ações de empresas, ele diz que tem que ser paulatina para não fazer nada de forma atabalhoada, mas que o ideal é que o banco apoie companhias em crescimento, que geram emprego e inovação, e que agregam valor ao país. Uma das iniciativas recentes é a criação da "garagem BNDES", um programa para empresas "realmente iniciantes" que vai pegar, segundo ele, "essa molecada que está tendo ideias", para que o país possa ter no futuro novos grandes grupos no setor de tecnologia.

O GLOBO | 17/08/18 | ANCELMO GOIS

Cultura com prestígio

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, admite a extinção do Departamento de Economia da Cultura, mas garante que "nenhum investimento em cultura será descontinuado" Segundo ele, dentro da reorganização do banco, o apoio à cultura passou a contar com dois departamentos: o de Educação e Cultura para clientes de governo (responsável, por exemplo, por patrimônio histórico) e o de Economia Criativa, para as propostas do setor privado.

O GLOBO | 17/08/18 | ECONOMIA

Desafio

Políticas públicas terão de olhar para 27,6 milhões

MARCELLO CORRÊA, GABRIEL MARTINS E PEDRO AMARAL

O próximo governo terá de elaborar políticas públicas de criação de emprego para um contingente muito mais amplo do que os atuais 12,9 milhões de desempregados. De acordo com o IBGE, no segundo trimestre, faltou trabalho para 27,6 milhões de brasileiros.

O número engloba não só os desempregados, como os 4,8 milhões que desistiram de procurar uma vaga — o maior patamar de desalento desde o início da pesquisa, em 2012. Será preciso considerar também os 6,5 milhões que trabalham menos horas do que gostariam porque não encontram oportunidades no mercado. Há ainda outros 3,3 milhões que queriam estar empregados, mas se veem impossibilitados de assumir o posto no momento. Uma das explicações é o cuidado com filhos ou idosos.

A situação se torna ainda mais grave quando se leva em conta que 3,1 milhões dos que buscam um posto de trabalho estão à procura de uma vaga há dois anos ou mais —o maior contingente do chamado desemprego de longo prazo desde 2012.

O desemprego de longa duração é, segundo especialistas, um dos motivos para o aumento do desalento. Depois de procurar emprego por muito tempo e não conseguir, muitos acabam desistindo ou não tendo condições de continuar em busca de uma vaga, até por falta de recursos para despesas de transporte e outros custos.

— São 4,8 milhões de pessoas (desalentados) que, se você oferecer emprego, elas estão disponíveis para trabalhar. Isso significa que a desocupação pode ser muito maior do que ela é. Significa que, na hora de criar políticas para criar emprego, será preciso considerar muito mais que os 12,9 milhões de desocupados — afirma Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

FOCO NA QUALIFICAÇÃO

Há duas semanas, a versão menos detalhada da Pnad mostrou que a taxa de desemprego recuou para 12,4%, influenciada pelo aumento do número de pessoas que deixaram de buscar oportunidades.

O principal caminho para a gerar emprego, na visão dos economistas, é a retomada do crescimento da economia. Mas, com um quadro tão complexo, eles sugerem alternativas para estimular o mercado de trabalho. Para Bruno Ottoni, pesquisador associado do Ibre/FGV e IDados, poderiam contribuir à retomada do emprego políticas de incentivo fiscal para empresas que contratassem pessoas há muito tempo fora do mercado, nos moldes do que foi feito em alguns países europeus:

— Com os incentivos, as empresas poderão investir na capacitação dos trabalhadores.

João Saboia, professor do Instituto de Economia da UFRJ, reitera que o motor para reverter o cenário é ampliar o crescimento. Mas vê espaço para aplicação de políticas públicas de treinamento e qualificação, com foco em ações de médio e longo prazos, concentradas em educação:

— Quanto mais tempo fora do mercado, com menos condição de retorno a pessoa fica. Será preciso investir em educação, treinamento, para que elas estejam mais qualificadas para se colocar no mercado.

Hélio Zylberstajn, economista da USP e coordenador do Salariômetro, resume:

— A política é voltar a crescer. Só com crescimento se cria mais emprego, se demandam mais horas e encoraja as pessoas a voltar a procurar.

O GLOBO | 17/08/18 | ECONOMIA

Candidatos tratam emprego de forma genérica

Programas de governo dos presidenciáveis dizem que a geração de vagas é uma prioridade, mas dão poucos detalhes de como viabilizá-la. Entre as medidas citadas, mudanças nos contratos de trabalho e fortalecimento do ensino técnico

DANIELLE NOGUEIRA

A maior parte dos candidatos à Presidência — entre os seis com a melhor colocação nas pesquisas de intenção de voto — trata de forma genérica a questão do emprego em suas propostas de programas de governo publicadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dizem que a geração de vagas é uma prioridade, mas dão poucos detalhes de como viabilizá-la. No programa de Geraldo Alckmin (PSDB),por exemplo, a palavra emprego aparece apenas uma vez, na penúltima página. Há ainda propostas inusitadas como a de Jair Bolsonaro (PSL), de criar uma nova carteira de trabalho na qual o contrato individual prevalecerá sobre a CLT.

O programa de Alckmin é um dos mais sintéticos. Na 14ª página —são 15 no total —, o candidato diz que "o Brasil precisa voltar a crescer, atrair investimento privado e gerar emprego e renda". Antes disso, na página três, diz que "o Brasil precisa voltar a crescer para que os brasileiros possam empreender, trabalhar...". Ele elenca várias medidas, mas a que mais se aproxima de forma direta à geração de vagas é o fortalecimento do ensino técnico e tecnológico, "para qualificar os jovens".

O programa de Álvaro Dias, do Podemos, traz 20 metas (19 +1, como ele diz). A primeira delas é "emprego para todos", e uma promessa chega a ser feita: criação de 10 milhões de vagas em quatro anos. Sob a mesma meta estão o crescimento da renda em até 5% ao ano, em média, entre 2019 a 2022, a simplificação e formalização do contrato de trabalho e o aumento do investimento para 22% do PIB até 2022. Nada mais.

Bolsonaro considera a existência de 13 milhões de desempregados "um desafio urgente". Mas a única medida prática diretamente ligada à questão do emprego é a que visa à "modernização trabalhista". O candidato propõe uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, que seria "voluntária" para os novos trabalhadores e na qual o contrato individual prevalecerá sobre a CLT, "mantendo todos os direitos constitucionais".

No programa de Marina Silva (Rede), a candidata diz que "a criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais" e cita medidas como redução dos custos de contratação e investimento em infraestrutura.

Os partidos tradicionalmente ligados aos trabalhadores, PT e PDT, dão ênfase à geração de emprego. Ciro Gomes faz propostas como a criação de um programa emergencial de emprego e cursos para os jovens que nem estudam nem trabalham. A chapa do PT cita um Plano Emergencial de Empregos e diz que vai estimular eventos nas arenas da Copa para gerar "milhares de empregos" no curto prazo.

OPINIÃO DO GLOBO

CAMINHOS

OS IMPASSES em torno da LDO de 2019, devido ao teto dos gastos, mostram bem a despreocupação deletéria com o aumento das despesas públicas, como se a fonte dos recursos fosse inesgotável —o bolso do contribuinte.

SE O reajuste no orçamento da Educação se justifica pela importância do gasto, que se busquem em outras despesas recursos para compensar este aumento. Não deveria ser difícil entender.

CASO O engessamento orçamentário seja um empecilho, que se altere esta norma.

FOLHA DE SÃO PAULO | 17/08/18 | EDITORIAL

Fantasia ministerial

O pensamento antipetista que floresceu no país ao longo dos últimos anos costuma dar importância exagerada à bandeira do corte de ministérios no Executivo federal —proposta encampada pelos presidenciáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB), que disputam essa faixa do eleitorado.

Não que o tema seja irrelevante. O número de pastas chegou ao recorde de 39, dez acima da quantidade atual, no governo de Dilma Rousseff (PT), sem que se apresentasse nenhuma justificativa em termos de melhora da gestão pública.

Ao contrário, a proliferação de cargos de comando tende a provocar conflitos de atribuições e a atrasar o processo decisório. O problema talvez não tenha sido mais grave porque a maioria dos postos criados tinha poderes mais próprios do segundo escalão.

De todo modo, inutilidades como ministros da Pesca, da Aviação Civil ou da Pequena Empresa acabaram associadas à gastança que produziu a ruína do Orçamento, quando não aos múltiplos escândalos de corrupção do período.

O equívoco mais comum, devidamente explorado pelo mundo político, está em imaginar que a mera extinção de pastas corresponda a enxugamento do Estado ou combate ao desperdício —expressões que se encontram em documentos divulgados pelas campanhas de Bolsonaro e Alckmin.

Os cortes promovidos desde a redemocratização não passaram de realocações de órgãos, programas e servidores. Tome-se o exemplo da reforma promovida por Michel Temer (MDB), em que o antigo Ministério da Previdência, de longe o campeão de despesas da Esplanada, foi basicamente absorvido pelo Desenvolvimento Social.

Isso não se dá por acaso. O funcionalismo dispõe de garantias legais contra demissões; eliminar ações inteiras de governo é tarefa complexa dos pontos de vista técnico e político —que independe, aliás, do fim da pasta responsável.

Outras fantasias recorrentes envolvem equipes de "notáveis", profundos conhecedores de suas áreas, ou superministérios detentores de grande poder e autonomia, como o que Bolsonaro prevê na economia.

Nada há de errado, a priori, na fusão de órgãos, muito menos na escolha de expoentes do setor para o comando. Entretanto será ilusório supor ou fazer crer que expedientes do gênero bastarão para livrar o Executivo das restrições impostas pela barganha de cargos, verbas e votos com o Congresso.

A negociação parlamentar permanecerá imperativa, e o modo como ocorre no Brasil não mudará com facilidade. Os ministros da Fazenda mais bem-sucedidos em tempos democráticos foram os que obtiveram respaldo do Planalto nas disputas legislativas cruciais. Essa será uma responsabilidade intransferível do presidente.

CORREIO BRAZILIENSE | 17/08/18 | ECONOMIA

TRABALHO »

3,2 milhões buscam vaga há mais de dois anos

Grupo representa quase um quarto dos 12,96 milhões de desempregados no país, de acordo com dados do IBGE relativos ao segundo trimestre. Número de desalentados - que desistiram de procurar emprego - bate recorde e chega a 4,8 milhões

» VERA BATISTA
» HAMILTON FERRARI

O número de pessoas em busca de emprego há mais de dois anos bateu recorde no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,16 milhões de brasileiros estavam nessa condição no segundo trimestre de 2018. Eles representavam 24% dos 12,966 milhões de trabalhadores desempregados no período. Além desses, 1,86 milhão de trabalhadores procuram emprego há mais de um ano. A maior parte dos desempregados (6,079 milhões) está em busca de oportunidade há menos de um ano. Na faixa dos que tentam um trabalho há menos de um mês, há 1,869 milhão de pessoas.

De acordo com a Pnad, no segundo trimestre de 2018, 27,6 milhões de pessoas estavam sem emprego ou em ocupações abaixo da sua qualificação. A chamada taxa de subutilização da força de trabalho — que agrega os desempregados, os subocupados e a força de trabalho potencial — foi de 24,6% no período, percentual que ficou estável em relação aos três primeiros meses do ano (24,7%), mas subiu na comparação com o mesmo período de 2017 (23,8%).

Pelos dados do IBGE, no segundo trimestre de 2018, 91,2 milhões de pessoas estavam ocupadas, sendo 67,6% empregados, 4,8%, empregadores, 25,3%, pessoas que trabalham por conta própria e 2,3%, trabalhadores familiares auxiliares.

Um dado que chama a atenção, segundo Cimar Azeredo, coordenador da pesquisa, é o contingente de desalentados, que chegou a 4,4% da força de trabalho, o maior nível da série histórica, iniciada em 2012. A quantidade de pessoas desalentadas — que não procuraram emprego porque acham que não têm chance de conseguir — chegou a 4,8 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 14 anos, 200 mil a mais do que no primeiro trimestre (4,6 milhões) e bastante acima do resgistrado no segundo trimestre de 2017 (4 milhões).

"Muitos dos desalentados sequer têm dinheiro para pagar passagem e procurar emprego. Os dados mostram um mercado de trabalho que não está em evolução", assinalou Azeredo. O IBGE informou, ainda, que, reunidos, os índices de subocupação e desemprego chegam a 8,7%, o que representa 6,5 milhões de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e 13 milhões de desocupados. Ou seja, 19,5 milhões ao todo. A quantidade de pessoas que não têm condições de trabalhar no momento (força de trabalho potencial) é de 8,1 milhões.

Eleições

Na análise de especialistas do mercado financeiro, a situação poderá melhorar ou piorar, a depender de quem vai ocupar o Palácio do Planalto em 2019. "Todos os indicadores mostram que a economia está fragilizada, os contribuintes estão deixando de honrar seus compromissos básicos, as empresas não contratam e o endividamento público aumenta. Só será possível ter uma noção do que vai acontecer no país após os políticos eleitos anunciarem as diretrizes da política econômica, e como conduzirão as principais reformas", disse Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating. Ele explicou que os investimentos estão em compasso de espera, principalmente os de longo prazo. "Pouco será feito enquanto não se destravar o nó político", afirmou.

O resultado da Pnad Contínua, em 2018, já era esperado, na análise de César Bergo, sócio-investidor da corretora OpenInvest. "Fala-se

muito da greve dos caminhoneiros e da dificuldade de recuperação, principalmente da indústria de construção civil. A paralisação apenas expôs a falta de infraestrutura e de estratégias de distribuição", afirmou. "A partir de outubro, ao ficar delineado quem vai mandar no país, os empresários vão se antecipar e abrir novas vagas. O emprego é crucial. Não se pode viver com esses números", disse.

Para Bergo, a economia ainda pode piorar se não forem divulgados projetos para resolver o desemprego, encaminhar as reformas estruturais e um programa efetivo de combate à corrupção. "No momento, o que se vê é um plano Frankenstein. Cada um apresenta uma proposta boa e 10 ruins", avaliou.

Categorias

No segundo trimestre de 2018, a taxa de desocupação no país foi de 12,4%. Entre as unidades da Federação, registraram as maiores taxas Amapá (21,3), Alagoas (17,3%), Pernambuco (16,9%), Sergipe (16,8%) e Bahia (16,5%). As menores foram observadas em Santa Catarina (6,5%), Mato Grosso do Sul (7,6%), Rio Grande do Sul (8,3%) e Mato Grosso (8,5%).

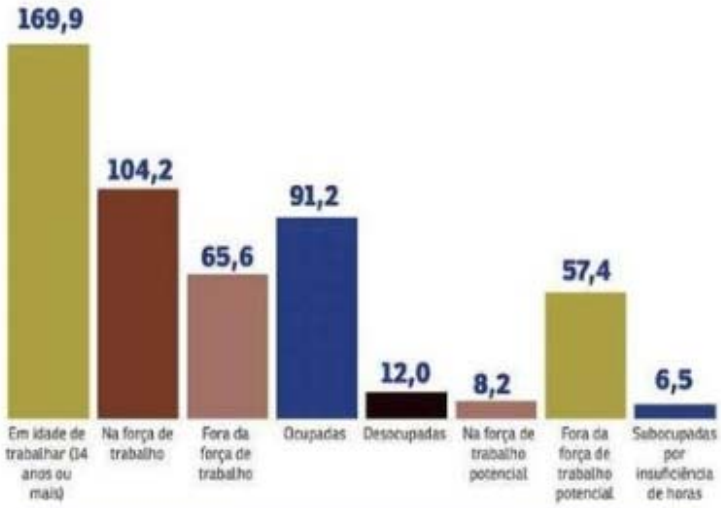
As mulheres eram maioria na população em idade de trabalhar no Brasil (52,4%). Porém, entre as pessoas ocupadas predominavam os homens (56,3%). De acordo a Pnad Contínua, o nível da ocupação dos homens era de 63,6% no segundo trimestre, e o das mulheres, de 44,8%. Elas representavam 51% da população desocupada e também se mantiveram como a maior parte da população fora da força de trabalho (64,9%).

Segundo os dados do IBGE, o desemprego afeta mais significativamente também as populações de pretos e pardos. Em 2012, antes da crise provocada pelo governo de Dilma Rousseff, havia 7,6 milhões de pessoas desempregadas no país, sendo que 48,9% eram pardos, 10,2%, pretos e 40,2%, brancos. Hoje, do contingente de 13 milhões de desempregados, os brancos são 35%, os pardos representam 52,3% e os pretos, 11,8%. A diferença também é percebida na taxa de desocupação. O índice para os que se declararam brancos ficou abaixo da média nacional (12,4%), em 9,9%, enquanto pretos têm 15% e pardos, 14,4%

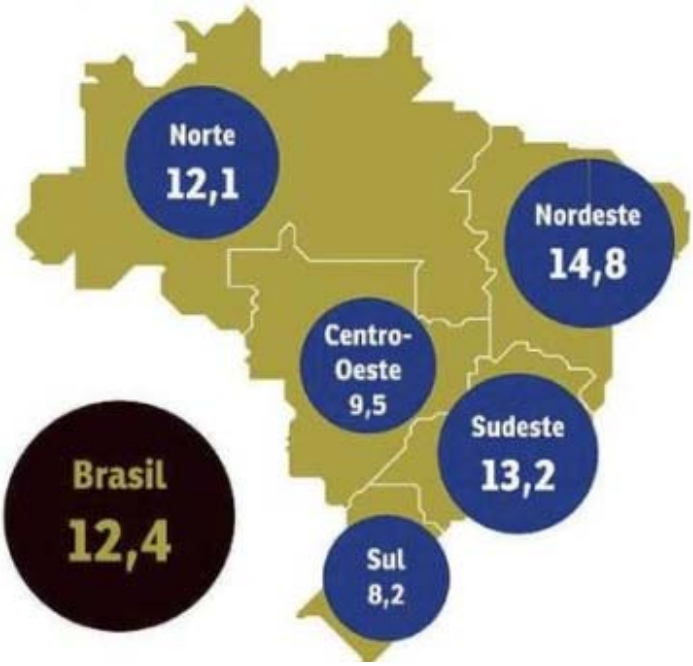
Cenário desolador

Brasileiros sofrem nas filas do desemprego

Retrato da crise (Em milhões de pessoas) *



Desemprego por regiões (%)*



CORREIO BRAZILIENSE | 17/08/18 | ECONOMIA

TRABALHO »
Propostas dos candidatos

Confira como os principais postulantes ao cargo de presidente pretendem lidar com o problema do desemprego

» Álvaro Dias (Podemos)

Defende a adoção de um modelo econômico no qual as bases do tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e cumprimento da meta fiscal) sejam restauradas. Além de uma política econômica e fiscal responsável, aliadas a um ambiente e regras favoráveis ao investimento. "É preciso reduzir o gargalo de infraestrutura por meio da iniciativa privada, fazer a reforma tributária, bem como investir em inovação e educação", explica. Para ele, os setores energético, ambiental, agronegócio, turismo e construção civil são fundamentais para gerar emprego.

» Ciro Gomes (PDT)*

Propõe estratégia de longo prazo com ações complementares dos setores público e privado. "É preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo de gerar empregos", afirma. Sugere ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo a dívida. "Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja por meio do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros", apontou. "

» Geraldo Alckmin (PSDB)*

Priorizará políticas que permitam o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, como a de incentivo a energias renováveis, turismo, indústria, agricultura e economia criativa. Propõe abrir a economia para que o comércio exterior represente 50% do PIB. "Transformaremos o Brasil em um país mais atrativo para empreender e investir. Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada", diz. Quer fortalecer o ensino técnico e tecnológico, qualificando os jovens e estimulando parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa em aumento de produtividade.

» Guilherme Boulos (PSol)*

Quer introduzir metas de emprego na definição da política monetária, dos investimentos públicos e na orientação da ação das empresas estatais e bancos públicos. Defende uma nova política econômica, que possibilite o investimento do Estado na criação de emprego socialmente útil, fomentando a permanência do trabalhador no campo. Quer valorizar o trabalhador rural a partir da ampliação de direitos e da criação e revisão de políticas de fomento ao agricultor familiar, educação e capacitação profissional. Propõe a valorização do salário mínimo e a revogação da reforma trabalhista.

» Henrique Meirelles (MDB)*

Pretende facilitar a inserção de jovens no mercado de trabalho, expandindo a oferta de vagas no ensino técnico e incentivando o primeiro emprego. Quer simplificar e informatizar todo o processo de gestão de mão de obra e incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres. Além disso, defende que o investimento em infraestrutura é fundamental para o crescimento do país, porque aumenta o número de vagas e tem implicações positivas sobre outros setores, como ganhos de produtividade e reduções de custos.

» Jair Bolsonaro (PSL)*

Propõe criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil, valorizando talentos nacionais e atraindo outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda. "Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores deficits, dívida

decrescente e juros mais baixos. Isso estimulará investimentos, crescimento e consequente geração de empregos", defende. Também pretende desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada a economia. "Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair investimentos, gerando empregos", aponta.

» João Amoedo (Novo)

Argumenta que é preciso menos impostos, menos Estado, mais dinamismo e mais liberdade para os empresários e para os trabalhadores. "Com mais disponibilidade dos empresários e mais recursos para os trabalhadores, o Brasil pode gerar mais riqueza e mais prosperidade para todos os setores da sociedade", afirmou.

» Lula (PT)

Defende a implantação de plano emergencial de empregos, como primeiro passo para "devolver" a dignidade a milhões de famílias; a valorização do salário mínimo; o fomento à economia popular com investimentos públicos; a retomada de obras paralisadas; o estímulo ao crédito acessível para combater a inadimplência. "Quem quiser produzir e trabalhar terá o amparo do Estado. Vai recuperar a capacidade da indústria, diversificar as matrizes produtivas e energéticas, ampliar o empreendedorismo e o crédito cooperado, para incluir jovens, trabalhadores de meia idade e mulheres", afirma. Vai propor a revogação do teto dos gastos.

» Marina Silva (Rede)*

Implementar uma agenda para dinamizar a economia, por meio da inovação, melhoria do ambiente de negócios, reduzindo a insegurança jurídica e as incertezas regulatórias. "A criação de empregos dignos será o foco central de nossas políticas econômicas e sociais", defende. Propõe a diminuição dos custos de contratação do trabalho formal e orientação dos programas sociais à inserção produtiva. Vai buscar recuperar a capacidade de investimentos do Estado, priorizando obras de infraestrutura com rápida criação de empregos formais, voltado às áreas de saneamento e transporte.

* Resposta via plano de governo